



ESTADO DE GOIÁS
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
E MILITARES DO ESTADO DE GOIÁS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Resolução 15, de 27 de novembro de 2024

Dispõe sobre a aprovação da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ipasgo Saúde.

O Presidente do Conselho de Administração do Serviço Social Autônomo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos e Militares do Estado de Goiás – Ipasgo Saúde, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que o Serviço Social Autônomo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos e Militares do Estado de Goiás – Ipasgo Saúde é pessoa jurídica de direito privado, instituído pela Lei Estadual de nº 21.880/2023;

Considerando que o Ipasgo Saúde é organizado e administrado por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria-Executiva, conforme estabelecido no art. 5º, da Lei Estadual de nº 21.880/2023;

Considerando que o Conselho de Administração, durante sua 16ª Reunião Ordinária (Evento SEI de nº 67787418), realizada no dia 27 de novembro de 2024, às 09h20, aprovou o Código de Ética do Serviço Social Autônomo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos e Militares do Estado de Goiás - Ipasgo Saúde, bem como as Políticas de Compliance, de Gestão de Riscos, de Administração de Conflitos de Interesses e de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;

Considerando que o Presidente do Conselho de Administração possui competência para expedir resoluções, conforme disposições contidas no Estatuto Social do Ipasgo Saúde, resolve editar a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o anexo referente à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Serviço Social Autônomo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos e Militares do Estado de Goiás - Ipasgo Saúde, nos termos da Ata da 16ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Ipasgo Saúde.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA
Presidente do Conselho de Administração

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO IPASGO SAÚDE

1. OBJETIVO

O Serviço Social Autônomo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos e Militares do Estado de Goiás - Ipasgo Saúde, entende como sendo primordial externar aos seus colaboradores, beneficiários e terceiros a forma como utilizamos os seus dados pessoais.

A Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais reafirma o compromisso do Ipasgo Saúde com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais normas correlatas. A presente Política, tem por objetivo estabelecer diretrizes para a proteção dos processos de tratamento de dados, que abrangem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados pessoais dos colaboradores, beneficiários e terceiros que se relacionam com a instituição.

O Ipasgo Saúde respeita sua privacidade e tem como propósito salvaguardar a confidencialidade das informações e proteger os dados pessoais aos quais tem acesso. Nosso compromisso é atuar de forma transparente em nossos relacionamentos e utilizar os dados pessoais apenas para a finalidade pretendida e de acordo com os princípios e diretrizes instituídas na LGPD.

2. ABRANGÊNCIA

A Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais abarca o Ipasgo Saúde e as suas unidades administrativas descentralizadas e unidades de saúde própria, a Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, bem como a todos os seus colaboradores, beneficiários, fornecedores, prestadores de serviços de saúde, terceiros, parceiros, entre outros.

O Ipasgo Saúde é o agente de tratamento

denominado “controlador”, responsável por realizar o tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis, bem como o meio utilizado para este tratamento, seja físico ou digital, além de quaisquer pessoas que realizem operações envolvendo o tratamento de dados pessoais em seu nome ou em suas dependências.

3. DEFINIÇÕES

Para fins da presente política, alguns termos devem ser compreendidos da seguinte maneira:

- **anonimização:** utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** autarquia de natureza especial, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável por zelar pela proteção de dados pessoais e por regulamentar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD no Brasil;

- **banco de dados:** conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou vários locais em suporte eletrônico ou físico;

- **base legal:** são critérios definidos pela LGPD, para descrever em que circunstâncias o tratamento de dados pode ser realizado sem o consentimento do titular dos dados;

- **controlador:** pessoa física com vida ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

- **co-controlador:** quando dois ou mais responsáveis pelo tratamento de dados pessoais determinam conjuntamente as finalidades e os meios de tratamento;

- **consentimento:** manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

- **cookies:** são pequenos arquivos de texto ou fragmentos de informação baixados no computador, smartphone ou qualquer outro dispositivo com acesso à internet quando o usuário acessa o site. Eles permitem que os sites funcionem de forma mais eficiente e viabilizam o fornecimento de informações

aos proprietários do site;

- **dado pessoal:** informação relacionada a pessoa física com vida identificada ou identificável;

- **dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa física com vida;

- **encarregado:** pessoa indicada pelo controlador, para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

- **operador:** pessoa física com vida ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

- **Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD):** documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

- **titular:** pessoa física com vida a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

- **transferência internacional de dados:** transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

- **tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração; e

- **uso compartilhado de dados:** comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e instituições públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos,

ou entre entes privados.

4. DIRETRIZES

O Ipasgo Saúde, por intermédio desta política, compromete-se a cumprir o que determina as normas sobre privacidade e proteção de dados. Nesse sentido, realiza o tratamento de dados pessoais observando sempre a boa-fé e os princípios previstos no art. 6º da LGPD, a saber:

- **princípio da finalidade:** o tratamento de dados pessoais deve ser realizado sempre para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sendo vedada a realização do tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

- **princípio da adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

- **princípio da necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

- **princípio do livre acesso:** garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

- **princípio da qualidade dos dados:** garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

- **princípio da transparência:** garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comerciais e industriais;

- **princípio da segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

- **princípio da prevenção:** adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de

dados pessoais;

- **princípio da não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; e

- **princípio da responsabilização e prestação de contas:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

4.1. Coleta de Dados Pessoais

No âmbito de sua atuação e com a finalidade de atender o estrito cumprimento de suas atividades, o Ipasgo Saúde poderá coletar e tratar os dados pessoais e dados pessoais sensíveis disponibilizados ativamente no momento do cadastro, bem como informações coletadas automaticamente, quando da utilização do website e páginas relacionadas. A coleta das informações poderá ocorrer por meio de diferentes canais de comunicação, como: formulários, e-mail, website, telefone, serviços de teleatendimento, dentre outros.

Os dados fornecidos pelos titulares (ou representante legal) e/ou obtidos em razão dos serviços prestados pelo Ipasgo Saúde podem ser:

- **informações pessoais:** registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Cartão Nacional de Saúde (CNS), nome, nome social, nomes dos pais, nomes dos filhos, data e local de nascimento, gênero, endereço, dados bancários, renda familiar, registro profissional, escolaridade, número do passaporte, e-mail, estado civil, fotos, imagens e vídeos, dados de viagem, posts individuais em mídia social/discussões (facebook, twitter, Instagram e blogs);

- **informações sobre saúde:** carteira do plano de saúde, prontuário médico e demais informações de saúde consideradas necessárias para o atendimento e prestação de serviço de assistência médico-hospitalar e telemedicina;

- **Informações pessoais sensíveis adicionais:** dados biométricos, dados genéticos, origem racial ou étnica, peso, filiação à associação (sindical, política ou religiosa), orientação sexual, registro criminal e religião;

- **informações financeiras:** dados bancários, dados de pagamento e número do cartão de crédito;

- **informações relativas ao contrato de trabalho:** número relativo ao Programa de Integração Social (PIS), dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), cargo, profissão, e-mail corporativo, cópia de documentos profissionais e de qualificação, dados relativos à aposentadoria e afins;

- **informações de cadastro médico:** cópia de documentos profissionais e de qualificação médica, informações de clínicas e consultórios médicos, em caso de prestadores médicos credenciados; e

- **informações sobre o dispositivo usado para acesso aos serviços do Ipasgo Saúde e funcionalidades via internet:** características do dispositivo de acesso, IP (data e hora), origem do IP, informações sobre cliques, páginas acessadas, token, área logada do beneficiário, dados de geolocalização e dados de navegação (cookies).

4.2. Finalidade do Tratamento de Dados

Pessoais

O Ipasgo Saúde necessita dos seus dados pessoais para diversas finalidades inerentes ao nosso negócio, relacionamos as principais:

- contratação de pessoal interno e externo;
- prestação de cuidados integrados de saúde;
- prestação de serviços contratados;
- cadastro de profissionais vinculados ao Ipasgo Saúde;

- estabelecer comunicações (telefone, e-mail e aplicativos de comunicação);

- cumprimento de obrigações legais e/ou regulatórias que estamos sujeitos;

- defesa em processos administrativos, judiciais ou arbitrais, incluindo respostas aos ofícios e reclamações registradas junto ao seu departamento de atendimento (Ouvidoria) e órgãos fiscalizadores (PROCON, MP, Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, delegacias de polícia e

outros);

- desenvolvimento e aperfeiçoamento dos recursos, funcionalidades dos sites e aplicativos, produtos e serviços do Ipasgo Saúde, visando proporcionar uma melhor experiência aos seus usuários;

- ativação de funcionalidade de produtos conectados, como geolocalização;

- envio de campanhas de marketing institucional e divulgação de evento;

- gestão das plataformas digitais, registros online e aplicativos móveis;

- comunicação com o nosso suporte técnico;

- na hipótese de legítimo interesse quando autorizado em lei e para objetivos lícitos e alinhados com as necessidades do Ipasgo Saúde;

- para assegurar e resguardar a vida, o Ipasgo Saúde poderá tratar os dados pessoais sensíveis de seus beneficiários, com base na tutela da saúde, assim como para as finalidades previstas no consentimento informado quando aplicável. Sendo eles, procedimentos realizados por profissionais da saúde e serviços de saúde, comunicações relevantes para a promoção da sua saúde, pesquisas de satisfação para melhoria dos serviços, entre outros;

- envio dos dados pessoais dos beneficiários e colaboradores aos convênios firmados no intuito de obter benefícios e descontos. A qualquer momento os beneficiários e colaboradores que não queiram obter descontos em convênios, deverão enviar para o e-mail lgpd@ipasgo.go.gov.br, nomeando o assunto como “Exclusão de envio de dados para convênios”, e solicitando que o Ipasgo Saúde não compartilhe seus dados nessa modalidade de benefício; e

- outras finalidades autorizadas ou exigidas por Lei.

4.3. Informações pessoais de crianças e Adolescentes

Nos termos da LGPD, o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, bem como mediante consentimento específico e em destaque por pelo menos um dos pais ou seu

representante legal. Portanto, o Ipasgo Saúde tratará os dados pessoais que lhe forem confiados em estrita observância às regras legais e para (i) administrar e ofertar benefícios aos responsáveis legais, quando os menores estiverem na qualidade de dependentes; (ii) para execução de contratos e prestação de serviços da instituição; (iii) tutela da saúde; e (iv) cumprimento legal ou regulatório.

4 . 4 . Compartilhamento de Informações

Pessoais

O Ipasgo Saúde, por vezes, poderá realizar o compartilhamento de informações pessoais dos titulares dos dados com terceiros (fornecedores, clínicas e médicos credenciados, auditores, instituição financeira, consultorias, laboratórios farmacêuticos, autoridades e órgãos públicos. O compartilhamento dos dados pessoais dos titulares ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- com autoridades judiciais, administrativas, governamentais competentes ou Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em caso de determinação legal, requerimento, requisição ou ordem judicial;
- com o fornecedor de serviços de cloud services, para hospedagem de dados em nuvem ou com a empresa responsável pelos serviços de administração, guarda e segurança de dados;
- com o fornecedor de meios de pagamento, para processamento do pagamento pelos serviços prestados;
- para cumprimento ou aplicação de acordos e/ou contratos; e
- com empresas/instituições parceiras para fins de controle e de execução de serviços prestados ou de interesse da instituição.

O Ipasgo Saúde somente realizará o compartilhamento dos dados pessoais com terceiros quando houver a sua devida anuência, existir alguma obrigação legal ou nos casos que o compartilhamento for considerado indispensável para a prestação dos nossos serviços. É nosso compromisso utilizar a informação pessoal apenas dentro dos limites legais e contratuais. Ademais, a instituição toma as medidas apropriadas para viabilizar que terceiros estejam obrigados a deveres de

confidencialidade, bem como adotem medidas como cláusulas contratuais padrão de proteção de dados para garantir que qualquer dado pessoal transferido permaneça em ambiente protegido e seguro.

4.5. Transferência Internacional de Dados

Nos casos em que houver necessidade e para cumprimento de fins contratuais o Ipasgo Saúde poderá realizar a transferência internacional de dados pessoais com empresas, institutos e outras organizações internacionais. Sendo este o caso, os dados serão tratados e transmitidos dentro da observância da legislação nacional pertinente e só serão transferidos para países que detenham leis de proteção de dados pessoais similares ao Brasil.

4.6. Armazenamento e Retenção de Dados Pessoais

Os dados pessoais serão armazenados pelo Ipasgo Saúde em ambiente seguro e somente serão acessados por pessoas qualificadas e autorizadas. O armazenamento dos dados ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- enquanto forem necessários para cumprir as finalidades para quais os dados foram coletados;
- enquanto durar uma obrigação legal ou regulatória que obrigue a instituição a manter os dados;
- pelo prazo legal do possível ajuizamento de demandas ou em face da instituição; e
- quando houver base legal ou regulatória que possibilite o armazenamento pela instituição.

Em caso de qualquer das hipóteses acima não mais justificar a manutenção desses dados, estes serão apagados completamente ou alterados por meio da técnica de anonimização, de forma que seja impossível identificar o titular dos dados pessoais em questão.

Os dados pessoais também poderão ser excluídos de nossos servidores quando o titular dos dados assim requisitar, salvo se houver qualquer outra motivação para sua manutenção, como eventual obrigação legal de retenção de dados ou necessidade de preservação destes para resguardo de direitos do Ipasgo Saúde.

Para determinar o período de retenção adequado para os dados pessoais, o Ipasgo Saúde irá avaliar a quantidade, a natureza e a sensibilidade dos dados pessoais, o risco potencial de danos decorrentes do uso não autorizado ou da divulgação de seus dados pessoais, bem como a finalidade de processamento dos seus dados pessoais e se podemos alcançar tais propósitos através de outros meios.

4.7. Segurança e Integridade dos Dados Pessoais

O Ipasgo Saúde mantém medidas técnicas de segurança e organizacionais razoáveis para salvaguardar suas informações e seus dados pessoais contra perda, uso indevido, acesso não autorizado, interferência, divulgação, alteração ou destruição.

A segurança dos dados pessoais é um compromisso de cada titular. Portanto, recomendamos que todos os abrangidos por essa Política, sejam cautelosos com seus dados pessoais.

A instituição, exige o mesmo nível de excelência de seus parceiros, contudo é importante evidenciar que nenhum sistema é completamente seguro. Dessa forma, não existe garantia de que a informações pessoais estarão totalmente seguras. Por esse motivo, caso identifique ou tome conhecimento de qualquer evento que comprometa a segurança dos dados pessoais, pedimos que entre em contato conosco pelos canais abaixo:

E-mails: lgpd@ipasgo.go.gov.br /
gitec@ipasgo.go.gov.br

Telefone: 62. 3238 - 2543

5. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

A LGPD garante a você titular, o exercício de direitos com relação aos seus dados pessoais, sendo eles:

- confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais;
- acesso aos seus dados pessoais;
- correção de dados incompletos, inexatos ou

desatualizados;

- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade;
- portabilidade de seus dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa pelo titular;
- eliminação dos dados tratados com consentimento do Usuário;
- obtenção de informações sobre as instituições públicas ou privadas com as quais o Ipasgo Saúde compartilhou seus dados;
- informação sobre a possibilidade de não fornecer o seu consentimento, bem como de ser informado sobre as consequências em caso de negativa; e
- revogação do consentimento.

6. COOKIES

Cookies são pequenos arquivos de texto ou fragmentos de informação baixados no computador, smartphone ou qualquer outro dispositivo com acesso à internet quando o usuário acessa o site. Eles permitem que os sites funcionem de forma mais eficiente e viabilizam o fornecimento de informações aos proprietários desses sites.

Embora o Ipasgo Saúde não seja mais um Órgão integrante do Estado de Goiás, conforme o artigo 30, II da Lei nº 21.880/23, ainda dispõe dos sistemas de tecnologia do Estado até a efetiva e completa operacionalização da transição prevista na referida Lei. Assim sendo, os sites institucionais do Estado de Goiás utilizam *cookies* próprios (primários), ou seja, do domínio, para registrar as configurações e preferências de navegação das pessoas e gerar relatórios estatísticos através do *Google Analytics*, e *cookies* de terceiros para complementar essas estatísticas. Os dados do *Google Analytics* e de terceiros são anonimizados antes de serem usados para análises e processamento de desempenho da web.

O Ipasgo Saúde utiliza cookies para facilitar o uso e melhor adaptar as páginas aos interesses e necessidades das pessoas que acessam os sites institucionais, cabendo aos usuários gerenciar a permissão concedida para cada cookie em seu navegador.

Abaixo são listados todos os cookies que podem ser utilizados pelos sites institucionais do Estado:

- **cookies próprios ou primários:** são os cookies definidos diretamente pelo site ou aplicação que o titular está visitando. Os cookies primários geralmente não podem ser usados para rastrear a atividade em outro site que não seja o site original em que foi colocado. Esses tipos de cookies podem incluir informações como credenciais de login, itens do carrinho de compras ou idioma preferido;

- **cookies de terceiros:** são cookies criados por um domínio diferente daquele que o titular está visitando. Decorrem de funcionalidades de outros domínios que são incorporados a uma página eletrônica, a exemplo da exibição de anúncios;

- **cookies necessários:** são aqueles utilizados para que o site ou aplicação realize funções básicas e opere corretamente. Permitem navegar e acessar as áreas seguras do website. Esses cookies não recolhem informação sobre o usuário que possa ser utilizada para fins de marketing ou para saber os websites que visitou na internet;

- **cookies não necessários:** são cookies que não se enquadram na definição de cookies necessários e cuja desabilitação não impede o funcionamento do site ou aplicação ou a utilização dos serviços pelo usuário. Nesse sentido, cookies não necessários estão relacionados com funcionalidades não essenciais do serviço, da aplicação ou da página eletrônica. Exemplos de cookies não necessários incluem, entre outros, aqueles utilizados para rastrear comportamentos, medir o desempenho da página ou serviço, além de exibir anúncios ou outros conteúdos incorporados;

- **cookies analíticos ou de desempenho:** possibilitam coletar dados e informações sobre como os usuários utilizam o site, quais páginas visitam com mais frequência naquele site, a ocorrência de erros ou informações sobre o próprio desempenho do site ou da aplicação;

- **cookies de funcionalidade:** são usados para fornecer os serviços básicos solicitados pela pessoa que acessa o site e possibilitam lembrar preferências do site ou aplicação, como nome, região ou idioma, para que essa pessoa não precise fornecer as mesmas informações mais de uma vez. Os cookies de funcionalidade podem incluir cookies próprios, de terceiros,

persistentes ou de sessão;

- **cookies de publicidade:** são utilizados para coletar informações do titular com a finalidade de exibir anúncios. Mais especificamente, a partir da coleta de informações relativas aos hábitos de navegação do usuário, os cookies de publicidade permitem sua identificação, a construção de perfis e a exibição de anúncios personalizados de acordo com os seus interesses;

- **cookies de sessão ou temporários:** são projetados para coletar e armazenar informações enquanto os titulares acessam um site. Costumam ser descartados após o encerramento da sessão, isto é, após o usuário fechar o navegador; e

- **cookies persistentes:** os dados coletados por meio desses cookies ficam armazenados e podem ser acessados e processados por um período definido pelo controlador, que pode variar de alguns minutos a vários anos. São utilizados para lembrar suas preferências do website e permanecem no seu desktop ou dispositivo móvel mesmo depois de você fechar o seu navegador ou efetuar uma reinicialização.

É possível alterar, bloquear ou recusar os cookies de sua preferência a qualquer momento e sem nenhum custo nas configurações do browser. No entanto, a revogação do consentimento de determinados cookies pode inviabilizar o funcionamento correto de alguns recursos da plataforma.

7. AÇÕES EM CASO DE NÃO CONFORMIDADE

Estamos em constante aprimoramento, por esse motivo, a presente Política poderá ser atualizada a qualquer momento, sempre em observância à legislação brasileira em vigor aplicável aos temas relacionados à proteção de dados.

Esta política será regida, interpretada e executada de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, em especial a Lei nº 13.709/18, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD.

O Ipasgo Saúde possui procedimentos destinados a interromper e remediar em tempo hábil, qualquer descumprimento desta política que seja detectado pela Diretoria Executiva, Conselheiros, colaboradores e demais partes envolvidas.

Em caso de suspeita de descumprimento ou violação a qualquer um dos termos desta política, é dever do titular dos dados e de quem a tenha percebido, reportar o ocorrido ao Encarregado(a) de Proteção de Dados Pessoais por meio do e-mail: lgpd@ipasgo.go.gov.br.

8. COMPROMISSO E PENALIDADES

A Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, juntamente com a Política de Segurança da Informação e Código de Ética e Conduta, compõe o conjunto de normativos do Ipasgo Saúde que tratam sobre Privacidade, Proteção e Segurança das Informações da instituição e devem ser de conhecimento de todos os abrangidos por esses documentos.

As violações à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a esta Política e ao Código de Ética e Conduta do Ipasgo Saúde, são consideradas infrações e poderão acarretar a aplicação de sanções previstas nos regramentos corporativos e dispositivos contratuais.

O Ipasgo Saúde atuará na pronta interrupção da irregularidade, nos atos de descumprimento desta Política.

9. RESPONSABILIDADES

9.1. Encarregado de Proteção de Dados Pessoais

Em atendimento às exigências da LGPD, o Ipasgo Saúde nomeou sua Encarregada de Proteção de Dados, que é a profissional responsável por orientar os colaboradores e contratados, aceitar reclamações e comunicações dos titulares dos dados, prestar esclarecimentos e receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), e executar outras providências.

Os titulares de dados podem contatar a Encarregada por meio dos endereços abaixo:

- Eletrônico: lgpd@ipasgo.go.gov.br
- Telefone: 62. 3238 - 2543
- Unidade SEI: IPASGOSAUDE/GECOP-21534

9 . 2 . Colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço de saúde e terceiros

- É de responsabilidade de todos os colaboradores, prestadores de serviço de saúde e terceiros do Ipasgo Saúde conhecer, ter acesso, entender, zelar, cumprir e fazer cumprir as regras dispostas nesta Política, bem como nos demais normativos adotados pela instituição.

- Relatar quaisquer suspeitas de violação de dados pessoais por meio do e-mail lgpd@ipasgo.go.gov.br, colaborando para a melhoria contínua da Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ipasgo Saúde.

- Utilizar equipamentos e conexões seguras, navegadores web, sistemas operacionais e antivírus atualizados.

- Em comunicações realizadas via e-mail, ficar atento(a) ao domínio web utilizado.

- Buscar conhecimento, compreensão e meios para proteger o Ipasgo Saúde contra procedimentos.

- Atentar-se para a origem das mensagens recebidas nos e-mails.

- Não compartilhar senhas.

- Adotar as demais medidas de proteção e segurança indicadas pelo Ipasgo Saúde.

9.3. Beneficiários

- Utilizar apenas canais oficiais disponibilizados pelo Ipasgo Saúde para tratar de assuntos relacionados ao seu plano de saúde.

- Utilizar equipamentos e conexões seguras, navegadores web, sistemas operacionais e antivírus atualizados.

- Não compartilhar dados enviados ao Ipasgo Saúde em outros sites, pois não serão solicitados outros dados fora de nossos canais de contato oficiais.

- Atentar-se para a origem das mensagens, não acessando o site do Ipasgo Saúde por meio de links recebidos por e-mails, SMS, WhatsApp, Telegram e outras fontes que não tenham como origem o Ipasgo Saúde.

- Atualizar seus dados pessoais toda vez que

houver alguma alteração, utilizando para isso os canais oficiais disponibilizados pelo Ipasgo Saúde.

- Em comunicações realizadas via e-mail, ficar atento(a) ao domínio web utilizado.

- Ter ciência e estar atento(a) às informações contidas nesta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

- Adotar as demais medidas de segurança indicadas pelo Ipasgo Saúde.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO SERVULO FREIRE NOGUEIRA, Presidente**, em 05/12/2024, às 17:47, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **68103778** e o código CRC **8C7624A8**.



Referência: Processo nº
202321477040963



SEI 68103778